

# Conclusão

## REFLEXÕES EM TORNO DE UMA RELAÇÃO EM MUDANÇA

Sérgio Chichava e Chris Alden

Tomar Moçambique como exemplo para discutir as características e as especificidades da presença chinesa em África foi a ambição deste livro. Partindo de uma reflexão histórica sobre as relações entre a China e Moçambique, os diferentes artigos, com suas distintas abordagens, procuraram dar uma outra perspectiva da realidade chinesa no continente africano e contribuir para o debate nesta nova área de estudos, muitas vezes alimentada mais por rumores do que por pesquisa fundamentada empiricamente. Ao longo do livro, os autores discutem o padrão e as tendências do investimento chinês nos diferentes sectores, nomeadamente no sector bancário e na agricultura, as representações sociais de diferentes grupos de moçambicanos sobre os chineses e o perfil e as motivações dos emigrantes chineses. Entretanto, mais do que fazer um balanço sobre o que é discutido nos diferentes artigos, importa numa primeira fase, insistir sobre alguns pontos que ficaram por discutir ou que foram discutidos parcialmente. Trata-se de alguns dos temas incontornáveis ou quase omnipresentes quando se fala da presença chinesa em África, nomeadamente o açambarcamento de terras (*land grab*) pelos chineses, a existência de um ‘grande plano’ chinês de expansão para a África, as dificuldades de relacionamento entre trabalhadores africanos e seus homólogos chineses, e a China como novo doador.

Importa, também, isto numa segunda fase, aprofundar algumas reflexões em torno das relações Moçambique-China. Esta reflexão faz-se em dois momentos, (i) olhando para as recentes evoluções e tendências do IDE chinês na agricultura, construção e recursos minerais e (ii), discutindo a aliança nos negócios entre investidores chineses e a elite política e militar moçambicana.

## Os chineses e o açambarcamento de terras em África

Em relação ao primeiro ponto, cabe referir a constante publicação de notícias, algumas vezes sem evidências concretas, veiculando a aquisição de enormes porções de terra pelos chineses, em regra com a cumplicidade das elites políticas locais, com vista a desenvolver actividades agrícolas destinadas a alimentar o mercado chinês, mas que não contribuem para reduzir a insegurança alimentar em Moçambique, ou que deixam camponeses africanos sem terra (sua principal riqueza).

A contínua persistência de notícias sobre o açambarcamento de terras africanas pelos chineses tem obrigado as autoridades chinesas a reagir, enfatizando sempre o papel positivo da ajuda e do investimento deste país neste continente. Segundo Hong Lei, porta-voz do Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros, para além de o propalado açambarcamento de terras pela China ser falso, o engajamento chinês na agricultura africana visa providenciar assistência técnica agrícola aos africanos, contribuindo assim para o desenvolvimento da agricultura neste continente (Xinhua 2011).

Em relação a Moçambique, como referido no artigo da Sigrid Ekman (neste volume), no espaço académico o debate foi lançado por Loro Horta (2007, 2008), que anunciava um vasto plano chinês de ocupação do vale do Zambeze com o objectivo centrado na prática da agricultura. Retomado por Deborah Bräutigam (2009, 2012), Bräutigam & Ekman (2012) e pela própria Ekman (2010, 2012), numa abordagem que, essencialmente, põe em causa as afirmações de Horta, este debate tem estado no centro das discussões. O artigo de Ekman neste livro, mais do que procurar desmistificar o debate sobre a ajuda e o investimento chinês na agricultura moçambicana, tem o mérito de insistir sobre a necessidade de uma abordagem mais cautelosa e informada sobre estes assuntos.

Para completar a análise de Ekman sobre o investimento chinês na área de agricultura em Moçambique, é importante fazer menção do actual padrão do agro-investimento chinês em Moçambique e compará-lo ao restante do IDE neste mesmo sector.

Conforme mostra Chichava (2012), a partir de dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI), entre 2000 e 2010 o investimento chinês na agricultura seguiu o mesmo padrão do restante investimento directo estrangeiro, concentrando-se na exploração florestal, e não na produção alimentar ou noutro tipo de culturas. Com efeito, dos oito projectos autorizados pelo CPI, quatro estavam ligados ao sector agro-florestal, mais concretamente à exploração e comércio de madeira, e dois estavam ligados à produção alimentar. Ao mesmo tempo, o investimento chinês na agricultura representava apenas 4% do total do

investimento deste país durante este período (Ibid.). Este padrão do investimento chinês na agricultura moçambicana não difere do restante IDE no mesmo sector. Com efeito, no período 2000-2010, apesar de a agricultura, juntamente com os recursos naturais, terem sido os sectores que mais investimentos atraíram, a maior parte do IDE realizado na agricultura concentrou-se na exploração florestal (67%) e na produção de biocombustíveis (18%).

## Um plano chinês para invadir a África?

A possibilidade de existência de um grande plano chinês de expansão para África é, como já foi referido, um dos temas que insiste em aparecer quando se discute a presença daquele país asiático neste continente. Entretanto, um vasto estudo realizado por uma equipa de investigadores em alguns países africanos mostrou que muitos chineses que estão em África, sobretudo os ligados ao pequeno comércio, vieram graças aos seus próprios meios, e nunca tinham entrado em contacto com as respectivas embaixadas nesses países (McNamee *et al.* 2012). Na senda deste estudo, o trabalho de Mikkel Bukkenborg (neste livro) vem mais uma vez, desmistificar a ideia de existência de um suposto grande plano de expansão chinesa para África. Contudo, resta ainda por explorar um pouco mais o papel dos laços familiares nas migrações para África. Estarão alguns cidadãos chineses vindo a África graças a seus familiares já radicados no continente? Chris Alden (2007) divide em três perfis o grupo de imigrantes chineses em África: o primeiro, composto por imigrantes chineses dos finais do século XIX atraídos pelo capitalismo colonial, sobretudo na África do Sul e na África equatorial francesa; o segundo, composto por aqueles que fugiam do colapso da República da China e do estabelecimento da China Popular em 1949; e o terceiro grupo, que seria composto por três subgrupos, nomeadamente: (i) trabalhadores em projectos do governo chinês, (ii) aqueles que usam laços familiares e vêm trabalhar nos estabelecimentos da família, (iii) e aqueles que vêm por sua conta e risco, de forma legal ou ilegal, à procura de novas oportunidades.

No caso de Moçambique, país que, na segunda metade do século XIX, conheceu uma importante vaga de imigrantes chineses, vindos principalmente de Guangdong, no sul da China, e que estavam concentrados em Lourenço Marques (actual Maputo) e, sobretudo, na cidade da Beira (Macagno 2010, Medeiros 2007), seria interessante ver se alguns dos que vieram posteriormente não estariam usando ligações familiares com parentes radicados em Moçambique e que não abandonaram este país na altura da independência, em 1975. Embora a quase totalidade destes chineses tenha deixado o país em 1975, esta análise seria

pertinente pelo facto de grande parte dos imigrantes chineses que vieram para Moçambique nessa época ser constituída por homens que acabaram se envolvendo com moçambicanas, criando uma comunidade importante de sino-moçambicanos (Medeiros 2007).

## **Conflitos laborais, más condições de trabalho, não respeito da legislação laboral**

A dificuldade de relacionamento entre empresas chinesas e trabalhadores moçambicanos, o não respeito pela legislação laboral local e o pagamento de baixos salários são também questões recorrentes quando se fala da presença chinesa em Moçambique. A discussão sobre este assunto aparece neste livro em diferentes artigos, com particular destaque para os artigos de João Feijó e Morten Nielsen. Esta questão, que seria para alguns o resultado de diferenças culturais em relação ao trabalho, ou a dificuldades de comunicação,<sup>1</sup> é considerada um dos maiores desafios que as empresas chinesas estão a enfrentar em África. A par destas razões, outras podem ser evocadas, nomeadamente a fraca capacidade de fiscalização e controlo por parte das autoridades moçambicanas.

Nesta discussão, não se deve perder de vista que a precariedade do trabalho e das condições de trabalho, bem como os maus-tratos infligidos aos trabalhadores moçambicanos, os quais têm sido experiências quase que quotidianas nas empresas chinesas, também não são específicas ao investimento chinês ou a Moçambique, acontecendo um pouco por toda a África, como, por exemplo, na Zâmbia e no Zimbabué. Mais ainda: embora as empresas chinesas estejam no centro das atenções, as más condições de trabalho e baixos salários não são apanágio destas empresas, ocorrendo noutras empresas geridas por ocidentais e mesmo por moçambicanos.

## **Qualidade de infra-estruturas construídas pelos chineses**

Embora não seja o tema central da sua análise, esta questão também está presente no artigo de Nielsen, quando este discute o impacto do uso da mão-de-obra chinesa não qualificada na construção de infra-estruturas em Moçambique. Se, do ponto de vista chinês, esta estratégia pode revelar-se menos dispendiosa, ela tem efeitos negativos na qualidade de infra-estruturas que são construídas em África, o que também contribui para a imagem negativa daquele país asiático neste continente. Entretanto, em relação à qualidade das obras efectuadas pelos chineses em Moçambique, teria sido interessante mostrar que esta questão é bastante mais

complexa do que a princípio aparenta, e não tem apenas a ver com os chineses, mas, também, com as fragilidades do Estado moçambicano em proceder a uma fiscalização eficaz e com a corrupção que caracteriza este sector em Moçambique. Com efeito, um estudo realizado em alguns países africanos permitiu mostrar que nos casos em que houve uma fiscalização forte e responsável, respeito pela legislação que rege este sector e menos corrupção, nomeadamente na África do Sul e Zâmbia, a qualidade das obras realizadas pelos chineses foi elevada quando comparada com aqueles países em que tal não ocorreu, como, por exemplo, na Serra Leoa e Angola (Centre for Chinese Studies 2006; Corkin *et al.* 2008:7).

## **China, um doador diferente dos outros?**

Como referido por alguns autores, com particular destaque para Bräutigam (2009), se nos anos 50 a ajuda chinesa à África era guiada mais pela solidariedade com os ‘não alinhados’ (razões de ordem ideológica), a passagem deste país para a economia de mercado fez com que a ajuda passasse a ser uma mistura de diplomacia e comércio.

Mesmo que a China, na sua relação com a África, pretenda trazer uma abordagem diferente em relação ao Ocidente, afirmando oferecer ajuda incondicional, a actual lógica da sua orientação económica entra em contradição com esta pretensão. Há uma ginástica enorme entre a ajuda ao desenvolvimento e a lógica do mercado. No caso de Moçambique, dois exemplos que mostram esta nova faceta foram mencionados ao longo do livro, nomeadamente as reticências chinesas em financiar as barragens de Mpanda Nkhuwa e Moamba Major, uma das grandes apostas do executivo de Maputo no âmbito da sua ambição de ser líder regional no sector energético, sob pretexto de que a Electricidade de Moçambique (EDM) não oferecia garantias suficientes de que a energia produzida por estas barragens encontraria compradores. Esta situação mostra o fim da época da lógica da ‘solidariedade’ e a entrada na época da lógica do ‘negócio’, em conformidade com a orientação actual da economia chinesa.

## **Recentes evoluções e tendências nas relações Moçambique-China**

Feitos alguns comentários em torno dos diferentes artigos do livro, importa agora discutir alguns aspectos das relações China-Moçambique, num contexto em que a presença chinesa neste país africano é cada vez mais forte.

## **Agricultura, recursos minerais e construção: novo foco chinês em Moçambique?**

Para mostrar as recentes evoluções e tendências do investimento chinês em Moçambique, toma-se como exemplo três sectores, nomeadamente agricultura, recursos minerais e construção.

A aquisição das acções da Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura, Co., Limitada, empresa que estava a produzir arroz no regadio de Ponela, em Xai-Xai, Gaza, pela Wanbao Africa Agriculture Development Limited (WAADL), filial da Wanbao Grain and Oil Co., Ltd., parece estar a mudar a tendência de o grosso do investimento chinês se concentrar no sector florestal. Com efeito, naquilo que já é considerado o maior investimento da China na agricultura em Moçambique, quiçá um dos maiores em África, ou o sucesso da província de Hubei no seguimento da *Going Out Strategy* do governo chinês (Hubei Daily 2012; Danqing & Yongsheng 2012), a WAADL está a realizar um investimento colossal, estimado em cerca de 95 milhões de dólares, na produção, armazenamento e processamento de arroz na província de Gaza. Para além da WAADL, a Lianhe Africa Agriculture Development Co., Limitada, outra empresa de Hubei, também vai investir na produção alimentar (Duran & Chichava, neste volume). É preciso sublinhar que estas empresas conseguiram penetrar no mercado moçambicano graças ao estabelecimento do Centro de Demonstração e Transferência de Tecnologias agrícolas chinesas (CITAU), o que mostra bem o interesse chinês em investir na agricultura em Moçambique. Portanto, estas recentes evoluções vêm mudar radicalmente o actual padrão do investimento chinês na agricultura em Moçambique.

Entretanto, é preciso dizer que se o interesse chinês em investir na agricultura moçambicana é já um dado real, empresas chinesas estão também a virar as suas atenções para o sector dos recursos minerais, sector onde este país encontrará outros dois BRICs, o Brasil e a Índia, na dianteira, mais especificamente na exploração do carvão mineral. Com efeito, muitas empresas chinesas foram constituídas em 2011, todas elas com o objectivo de explorar recursos minerais, nomeadamente areias pesadas, titânio, zircão, ouro, calcário e minerais diversos. Só para se ter uma ideia, a Jinan Yuxiao Group, Lda., em parceria com a China Yuxiao Resources Holdings Lda., constituíram uma série de empresas para a exploração destes minerais em diversas partes de Moçambique, nomeadamente Inhambane, Sofala, Zambézia, Tete e Nampula. Trata-se de empresas como a Africa Great Wall Mining Development Company, a Future Metal Mining Co., Lda., a Africa Yuxiao Mining Development Co., Lda., a China-Mozambique Mining Development Co., Lda., a Mozambique Heavy Sand Mining Co., Lda.,

a Africa Ocean Non Ferrous Metal Mining Co., Lda., e a Africa Rare Metal Mining Development Co., Lda. Uma notícia publicada em 2009 revelava que o Jinan Yuxiao Group tinha ganho o direito de explorar 20 minas de zircão em Moçambique (Metalnewsnet 2009). Entretanto, outra notícia divulgada em 2011 indicava que o Jinan Yuxiao Group havia ganho dez direitos de exploração de zircão e 40 de titânio em Moçambique, fazendo dele um dos maiores em África na exploração destes minerais e a maior em Moçambique (Asian Ceramics 2011). Este artigo afirmava ainda que a procura de zircão e titânio na China estava a crescer, em média, 5% ao ano, mas em contrapartida, estes recursos eram cada vez mais raros naquele país, sendo que 95% do zircão e 64% do titânio ali consumidos eram provenientes de exportações (Ibid.). A isto junta-se o já mencionado interesse do China Kingho Group pelo carvão mineral (Chichava neste volume).

Outro aspecto que merece ser sublinhado e que mostra mudanças nas tendências do IDE chinês em Moçambique diz respeito ao crescimento do investimento no sector da construção. Com efeito, se entre 2000 e 2010, o IDE chinês foi dominado pela indústria transformadora, as coisas parecem estar a mudar. Em 2011, o CPI aprovou onze projectos de investimento chinês correspondentes a 312.882.974 de dólares americanos, investimento largamente superior ao do exercício de 2010, que se tinha situado em apenas 38,6 milhões de dólares. De salientar que, neste mesmo ano, o IDE chinês foi, de longe, superior a todo o investimento realizado por empresas chinesas desde 2007, ano em que fontes do CPI colocaram este país na lista dos dez maiores investidores em Moçambique. Outro dado importante a assinalar é que, em 2011, pela primeira vez desde 2007, a China liderou a lista dos maiores investidores em Moçambique, tendo o seu IDE representado cerca de 32% de todo o IDE de 2011, cifrado em 974 milhões de dólares.

Entretanto, em termos sectoriais, 85% do IDE chinês concentrou-se na construção. A indústria transformadora teve investimentos na ordem de 14 %. É preciso sublinhar que foi graças ao projecto do Fundo para o Fomento da Habitação (FFH)<sup>2</sup> e da empresa chinesa Henan Guoji Industry And Development Co., Ltd., de constituir a Henan Guoji Imobiliária (HGI), – sociedade por quotas de responsabilidade limitada – para a construção de 5.000 casas na Matola, província de Maputo, num investimento avaliado em 250 milhões de dólares (cerca de 80% do IDE chinês em 2011), que o sector da construção conheceu um crescimento sem precedentes, colocando este sector em primeiro lugar na lista dos sectores mais procurados pelo IDE chinês. Trata-se de uma grande evolução, tendo em conta que, durante o período 2000-2010, o IDE chinês no sector da construção situou-se em apenas 9 milhões de dólares. De salientar que o projecto da FFH e da HGI visa, segundo as autoridades locais, promover a habitação para as camadas menos favorecidas. Este é o primeiro grande investimento de uma empresa chinesa no

sector da construção em Moçambique. A Henan Guoji Industry And Development Co., Ltd., primeira empresa chinesa a realizar um investimento desta envergadura neste sector, é bastante activa nalguns países africanos, como a Zâmbia e a Serra Leoa. Entretanto, é preciso sublinhar que, se está provado que há muitas empresas chinesas envolvidas no sector da construção em Moçambique, o que às vezes não é bem visto pelos empreiteiros locais, isto surge no âmbito dos projectos de ajuda e cooperação entre a China e Moçambique e não pode ser considerado investimento.

### **Como e o que fazer para que a ‘mamba’ não seja engolida pelo ‘dragão’?**

Se não há dúvidas de que Moçambique, assim como muitos países africanos, têm beneficiado enormemente da ajuda e do investimento chinês, é preciso reflectir sobre alguns pontos que podem ensombrar a relação entre os dois países. Para discutir este ponto, escolheu-se a questão da aliança, nos negócios, entre investidores chineses e a elite política e militar moçambicana. Antes de mais, e à semelhança do que temos dito ao longo das páginas precedentes, esta questão também não é específica ao investimento chinês em Moçambique. Na maior parte dos casos, aliar-se à burguesia local emergente, maioritariamente ligada ao partido Frelimo, ou apoiar este partido, é um imperativo para quem queira ser bem-sucedido nos seus negócios em Moçambique. Algumas empresas chinesas já se aperceberam da importância de ter os favores da Frelimo: nas eleições gerais de 2009, a TENWIN INT, LDA., ofereceu 30 motorizadas em apoio a campanha eleitoral deste partido.

Se a mais conhecida e mais mediatizada aliança ocorre no sector madeireiro, com alguns segmentos da sociedade moçambicana a considerarem o negócio chinês de madeira em Moçambique um autêntico saque, estas alianças também existem noutras áreas, como no sector bancário (Ana Alves neste volume) e na construção (Chichava neste volume).

Uma das recentes alianças entre empresas chinesas e a burguesia moçambicana, que merece uma análise um pouco detalhada, é aquela entre o China International Fund (CIF), companhia chinesa baseada em Hong Kong, e a SPI-Gestão e Investimentos, SARL, uma *holding* do partido Frelimo. As duas empresas constituíram a CIF-Moz, uma sociedade por quotas com diversos interesses, nomeadamente na agricultura, turismo, recursos minerais, comércio, construção, importação e exportação de diversos produtos, bem como na prestação de serviços. A CIF, uma empresa ‘misteriosa’ (Ferreira 2008; LevKowitz *et al.* 2009), é citada como sendo próxima de alguns regimes corruptos e ditatoriais africanos, em conluio

com os quais estaria envolvida em negócios não muito claros, nomeadamente com altas figuras do MPLA, em Angola, onde, em parceria com a empresa angolana de petróleos, Sonangol, teria formado uma *joint venture* em 2004. Esta *joint venture* estaria também envolvida em alguns negócios na Guiné (concluídos com o regime do antigo ditador Dadas Camara) e no Zimbabué. Igualmente, a CIF, sem nenhuma história no sector da construção, ganhou o direito de construir ou reabilitar importantes infra-estruturas em Angola, num processo também não muito claro, tendo sido acusada de não cumprir os prazos e de realizar obras de baixa qualidade (Marques 2010, Ferreira 2008; LevKowitz *et al.* 2009).

O que é crítico aqui não é a aliança em si, mas sim a maneira como ela põe em plano secundário os interesses da maioria da população dos países africanos. Em Moçambique, dado o facto de a maior parte da burguesia moçambicana emergente ser um produto da sua ligação com o Estado e com o partido Frelimo, a questão que se coloca é: como estas alianças poderiam ser usadas em benefício da maioria, e não, apenas, de um grupo de pessoas interessado somente em acumular, sem olhar para os interesses da maioria.

É preciso salientar que Moçambique é dos países com uma das maiores taxas de crescimento em África, e um destino privilegiado do investimento. Entretanto, este crescimento não tem resultado necessariamente na melhoria do bem-estar da maior parte da sua população, estando o fosso entre ricos e pobres a aumentar. Entre 2001 e 2010, a economia moçambicana cresceu uma média de 7,9%, uma das dez taxas de crescimento mais altas do mundo (Africa Progress Panel 2012:8). Entre 2011 e 2015, numa lista liderada pela China, estima-se que Moçambique, com uma taxa média anual de 7,7%, esteja entre os cinco países que mais crescerão no mundo (Ibid.).

Numa altura em que, por um lado, a China está a transformar-se num parceiro cada vez mais activo em Moçambique e, de acordo com os dados do CPI, foi o país que mais investimento realizou em Moçambique em 2011, e em que, por outro lado, vários e importantes recursos minerais têm sido descobertos neste país, com destaque para o carvão mineral e o gás natural, imperativo é discutir o que, e como, Moçambique pode ganhar na sua relação com a China, sobretudo pelo facto de, apesar do extraordinário avanço na luta contra a pobreza, o fosso entre ricos e pobres estar também a aumentar consideravelmente naquele país asiático, levando as autoridades chinesas a considerarem-no uma ameaça à sua estabilidade.

Portanto, como fazer com que o entusiasmo das elites moçambicanas em relação à presença chinesa em Moçambique se traduza em benefícios para o país, e não apenas para um punhado de indivíduos? Como fazer para que não haja um desfasamento entre a vontade política das elites e as acções no terreno, como tem sido prática até hoje?

Fazer com que a ‘*mamba*’ não seja devorada pelo ‘dragão’, que Moçambique não passe de um simples agente exportador de matéria-prima e receptor de produtos acabados – naquilo que seria uma reedição do *status quo* das relações entre a África e o Ocidente – é, neste contexto, o grande desafio de Moçambique na sua relação com a China.